



#juntossomosfortes

A luta pela revalorização salarial de assistentes sociais e psicólogos no TJ-SP

Página 05

**Campanha Salarial
Página 3**

**Entidades discutem
Previdência
Página 7**

**PLP 257: Por que lutar contra
Página 6**

**AASPTJ-SP e Núcleo de Apoio
debatem questões da categoria
Página 9**

EDITORIAL

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. E da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertencem".

Não, ainda não chegamos ao cabo da frase de Bertold Brecht. Mas, as notícias que avistamos no horizonte nos mostram que não estamos longe desta realidade. Reformas previdenciária e trabalhista, ajustes fiscais, desemprego, escola sem partido, (leia-se: escola de uma ideologia única, a dos detentores do poder), privatizações. E logo mais, até mesmo o nosso viver será totalmente privado.

Desculpem prezados associados, o editorial desta edição do nosso Jornal Conexão vai "chover no molhado". Vamos recheá-lo de "clichês": luta, união, mobilização. Não há outro vocabulário para o momento. Este é o único caminho.

Diariamente somos interpelados por associados: "O que a AASPTJ-SP está fazendo contra os PLS 257 e 241? A Associação vai aceitar?" Não, a AASPTJ-SP não aceita e você também não deve fazê-lo. Você vai ver nas próximas páginas que a Associação tem acompanhado os debates, audiências públicas e movimentos, mas vai perceber que eles foram feitos por dirigentes de as-

sociações como a nossa, sindicatos e federações. O momento é grave, é de retirada de direitos. Dirigentes sozinhos não ganharão esta luta. Mais uma vez querem fazer com que os trabalhadores, especialmente os servidores públicos, paguem o preço das crises do capital. Projetos de Lei como o 257 e o 241 estão sendo aprovados a toque de caixa nas madrugadas no Congresso. O atual governo, nas mãos do Sr. Temer tem maioria e tem pressa em derubar direitos sociais em nome dos monopólios econômicos e da elite retrógrada deste país. Quando chegarem às Assembleias Legislativas de cada estado, se não estivermos lá em massa prontos para o embate, não haverá para onde correr.

A Associação somos todos nós, não apenas a diretoria eleita. O cotidiano é atribulado, o serviço é imenso, mas não nos esqueçamos da luta coletiva. E nela que encontramos forças, nos solidarizamos, é só por meio dela que conseguiremos barrar este retrocesso desenfreado que paira sobre nossas cabeças. Vejam o que foi a nossa mobilização dos coletes azuis. Recebemos o reconhecimento da Presidência do TJ-SP de que nossa reivindicação por revalorização salarial é justa e afirma que envidará esforços, por nos atender.

O caminho não é fácil. Mas, vamos em frente. Juntos somos mais fortes. Ninguém irá privatizar o nosso viver!



TJ-SP não irá complementar data-base

Não há verbas. O Tribunal já apresenta um rombo de R\$ um bilhão em seu orçamento. Ponto final. Os 4% que faltaram para completar a reposição inflacionária somam-se aos mais de 20% que o TJ-SP deve aos seus servidores. O Tribunal sustenta que cumpriu a lei e garantiu a data-base e que a legislação não o obriga a cumprir nenhum índice.

“Eu também quero ver a data-base contemplada, mas nós temos que ver a realidade de hoje. Nas reuniões com os servidores tenho sido claro e objetivo. O Tribunal já teve que fazer um esforço político para garantir os 7,08%. O quadro, a princípio é o de que não poderemos complementar a data-base”. Essa foi a tônica da fala do presidente, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, com as entidades na reunião realizada no dia 1 de junho.

As entidades solicitaram audiência com a Presidência na tentativa de estabelecer possível data ou estimativa para o TJ-SP pagar os 4% restantes do INPC da data-base de 2016. “As outras categorias do estado não tiveram reposição salarial e nem vão ter. Ainda bem que o TJ está conseguindo pagar os salários em dia porque muitos estados estão atrasando os pagamentos dos servidores públicos. Dar uma data seria irresponsabilidade”, alegou Dimas. O presidente disse que recebeu um documento da Secretaria da Fazenda onde diz que os cofres públicos estão comprometidos e que o TJ-



-SP tem que colaborar para contenção de gastos. Informou que respondeu que o Tribunal precisa respeitar a data-base dos seus servidores. Também afirmou que a peça orçamentária do Judiciário para 2017 irá prever esta diferença, além da projeção da inflação para o próximo ano.

“O Tribunal tem que procurar um caminho político de negociação até porque sabemos que este grupo que está no poder em São Paulo há muitos anos é um grupo que patrocina que uma elite ganhe muito dinheiro, que se mantenha a sociedade em uma desigualdade absurda e joga a crise em cima dos trabalhadores impedindo inclusive a negociação, como está ocorrendo agora, corta das políticas públicas, corta do atendimento à população e ainda corta a reposição salarial”, expôs Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.

ENTENDA COMO FUNCIONA

O que diz a Constituição Federal:

O art.37, X da Constituição Federal versa sobre a reposição salarial dos servidores públicos:

“X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”

Enquanto os trabalhadores da iniciativa privada têm a Justiça do Trabalho para buscar a revisão do seu salário, para adequá-los à inflação, o servidor público, pelo regime legal vigente, fica prostrado diante da vontade pessoal do chefe do Executivo, para conceder, ou não, o reajuste anual.

Data-base no estado de São Paulo:

Até 2006, os servidores públicos paulistas não possuíam uma data específica de data-base, podendo assim o empregador garantir a reposição na data que quisesse. Em 2006 foi sancionada a Lei 12.391/06 pelo governador Cláudio Lembo, instituindo o dia 1º de março como o dia da data-base de todos os servidores públicos de São Paulo.

Ter um dia fixo para a data-base não garantiu que ela fosse cumprida todos os anos pelos empregadores, mas trouxe força para os servidores durante as campanhas salariais e mesas de negociação.

Auxílio saúde

Novamente as entidades reforçaram a reivindicação de majorar do auxílio saúde para R\$ 500,00, pagamento que sai do Fundo Especial de Despesas e não do Tesouro, como acontece com os vencimentos. Dimas respondeu que o assunto já está em análise.

Comissões de trabalho

A relação das comissões de trabalho proposta pelos representantes dos servidores foi aprovada pelo Tribunal e reuniões já estão ocorrendo para tratar de assuntos específicos da pauta de reivindicações.

TJ-SP e entidades discutem orçamento para 2017

Em reunião com as entidades no dia 14 de julho a Comissão de Orçamento e Finanças do TJ-SP reafirmou a dificuldade do TJ em pagar a diferença de 4% que faltou na reposição salarial de 2016, mas que todas as dívidas com os servidores foram incluídas na peça orçamentária de 2017.

Os juízes assessores da Presidência que compõem a comissão informaram que o presidente, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, autorizou pagamento da progressão referente ao período entre outubro de 2014 e dezembro de 2015. Os atrasados dependerão de suplementação orçamentária.

Quanto aos percentuais atrasados de outros períodos: 4,77% (março a novembro de 2010) e 1,5% (março a agosto de 2011) foi apresentada a proposta de transformação da dívida em horas credoras, ficando facultativo ao servidor a opção de recebê-las em pecúnia ou em gozo. Esta proposta será estudada pela Instituição.



Em Pauta

AASPTJ-SP participa de reunião sobre assédio moral no TJ-SP

Ocorreu no dia 2 de agosto reunião da Comissão do Assédio Moral, composta por entidades representativas dos servidores e pelo TJ-SP, representando pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros. A AASPTJ-SP foi representada por sua presidente, Elisabete Borgianni.

Durante a reunião, as entidades solicitaram que o Tribunal de Justiça publique comunicado sobre o assédio moral – o que é e suas repercussões. O desembargador sugeriu que as entidades elaborem o texto que ele o encaminhará à Presidência com seu aval.

Também se deliberou por um calendário de reuniões mensais da comissão. Desta forma ficaram agendados os próximos encontros: 29 de setembro, 20 de outubro, 24 de novembro e 15 de dezembro.

Além disso, falou-se sobre a criação de um canal para que o servidor possa fa-

zer denúncias via entidades, em casos excepcionais.

O Tribunal de Justiça passou a preocupar-se mais com a questão do assédio moral após a criação da Coordenadoria de Apoio aos Servidores (Caps). Seu coordenador, Antonio Carlos Malheiros, falou sobre o tema em evento promovido pela Escola Judicial dos Servidores (EJUS): "Trabalho todos os dias com o assunto, ouvindo funcionários sobre essa praga que provavelmente já faz parte da cultura do poder. Devemos combater o assédio moral com firmeza", disse.



Outro fator que contribuiu para que o TJ-SP passasse a ter um olhar mais cuidadoso para esta questão foi pesquisa organizada pela AASPTJ-SP em parceria com outras entidades. Intitulado "Trabalho e saúde no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Repercussões na vida de

seus trabalhadores", o trabalho mostrou, entre outras coisas, que o assédio moral é uma das preocupações mais relatadas pelos servidores do Judiciário paulista e tem sido uma das crescentes causas de adoecimento destes trabalhadores.

AASPTJ-SP

A AASPTJ-SP e a luta pela revalorização da gratificação de assistentes sociais e psicólogos

É pública e notória a defasagem salarial dos assistentes sociais e psicólogos do TJ-SP. São Paulo tem o maior tribunal da América Latina, mas é um dos que paga o salário mais baixo a ambas categorias no Brasil. Essa sempre foi uma das pautas de luta da AASPTJ-SP. E foi a partir de 2012 que intensificamos nossas ações com o objetivo de conquistar uma justa revalorização da gratificação judiciária para os trabalhadores do Setor Técnico. Na época, a associada Maria Francisca Cardoso Sampaio (já falecida) nos apresentou um estudo que nos levou a apresentar ao TJ a proposta de equiparar nossa gratificação à do pessoal da Saúde do próprio TJ-SP, já que esta área abrange profissionais com nível superior.



Apresentamos esta proposta à Presidência (na época sob a gestão do desembargador Ivan Sartori). Realizamos diversas reuniões com o presidente, juízes assessores e secretários do TJ daquele presidente e do seguinte, desembargador José Renato Nalini. Conseguimos promessas de estudos e inclusões da reivindicação nas peças orçamentárias da instituição. Mas, de concreto, nada.

Agora parece que aparece uma luz no fim do túnel. Ao que tudo indica, a atual Presidência, agora sob a gestão do desembargador Paulo Dimas Mascaretti, parece ter se sensibilizado com a questão e tem demonstrado ao menos vontade política de atender este pleito.

Dimas recebeu a diretoria da AASPTJ-SP em abril. Na ocasião, entregamos ao presidente um estudo do impacto orçamentário que o TJ teria para equiparar nossas gratificações à dos enfermeiros ou médicos. "Essa é a única forma de melhorarmos o salário dos assistentes sociais e psicólogos sem precisar de um Projeto de Lei, seria apenas uma alteração administrativa e que não implica em grande impacto orçamentário", pontuou Elisabete Borgianni, presidente da Associação. "Para um profissional que subsidia a decisão do magistrado nas Varas de Infância, Varas de Família, Varas de Violência Doméstica, com um aumento absurdo de demandas, o salário está muito aquém. Muitos colegas acabam saindo do Tribunal, que acaba ficando com o quadro defasado", completou.

Para apoiar e dar força à reivindicação da AASPTJ-SP, um grupo de associados criou uma petição pública online que foi assinada por mais de mil assistentes sociais e psicólogos de todo o estado. Este documento foi entregue ao presidente do TJ-SP no dia 1º de junho, data em que o desembargador recebeu as entidades representativas dos servidores, junto com as fotos do dia de mobilização, com os profissio-

nais vestindo os “coletes azuis”. O presidente mostrou-se mais uma vez receptivo às questões da categoria e disse que o TJ já está estudando qual seria o impacto orçamentário de revalorizar os salários.

Associados reiteram pleito no interior

No dia 28 de julho, aproveitando a presença de Paulo Dimas para a inauguração do fórum de Pacaembu assistentes sociais e psicólogos reforçaram o pleito da AASPTJ-SP pela revalorização salarial.

Representando a Associação, a conselheira fiscal Fátima Zanoni Mastelini falou sobre a importância da revalorização salarial para as duas categorias, cujas atribuições no Judiciário têm crescido com as novas deman-



das, sem a devida valorização salarial.

O presidente tem demonstrado interesse em atender este pleito durante as visitas que tem realizado pelo estado. Associados da região de São José do Rio Preto também nos relataram que se manifestaram pela revalorização durante visita de Paulo Dimas.

É extremamente importante que as nossas categorias se mantenham mobilizadas e participem das ações da Associação, tais como acompanhar as visitas do presidente

ao interior, de preferência, usando os coletes azuis da AASPTJ-SP. **Juntos somos fortes!**

Em Pauta

PLP 257/2016: Por que os servidores devem se mobilizar contra este projeto

Proibição de reajustes ou adequação de remuneração a qualquer título aos servidores que há anos não recebem as devidas reposições salariais; progressão em planos de cargos e carreiras; impedimento de novas contratações e nomeações de servidores já aprovados em concursos; proibição de quinquênios, licença prêmio, férias e licenças em pecúnias e aumento da contribuição previdência de 11% para 14%.

A dívida é dos governos de estado com a União, mas a conta quem vai pagar serão os servidores públicos. Estas são algumas das exigências que os governadores terão que cumprir para terem suas dívidas renegociadas caso o PLP 257/2016 seja aprovado pelo Senado.

O Projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada do dia 10 de agosto com 282 votos. 140 deputados votaram contra. As bancadas do PMDB, PP, PR, PSDB e PPS foram as principais responsáveis pela aprovação (lembra-se delas nas próximas eleições). O texto aprovado é diferente do original, mas na prática para o serviço público, pouca coisa mudou.

Agora é com o Senado. Se o funcio-

nalismo público não se mobilizar fortemente, iremos perder esta luta. Vale notar que o projeto foi aprovado na Câmara com as galerias vazias já que os servidores foram proibidos de ocupá-las por determinação do presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

No dia 17 de maio a AASPTJ-SP participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo. Organizado pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL), o evento lotou, mas a grande maioria dos presentes era de dirigentes de sindicatos e associações. “Percebo aqui hoje uma presença muito importante de dirigentes de várias associações e sindicatos, mas uma ausência grande do próprio servidor”, alegou Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP. “Gostaria de falar diretamente aos assistentes sociais e psicólogos deste país que são os profissionais que têm contato direto com a população e que podem ser as pessoas que esclareçam para estes cidadãos o que é o desmonte do estado e dos direitos dos que precisam do trabalho do Serviço Público”, completou.

Maria Auxiliadora Pereira da Silva, conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (Cress-SP), informou que o Conselho lançou a campanha "Em direitos da classe trabalhadora não se mexe". "A nossa categoria se entende como classe trabalhadora estamos trabalhando nos espaços dos movimentos sociais, das organizações, mas principalmente nas esferas públicas e não poderíamos deixar de nos colocarmos contra este PL", afirmou.

Associado,
As manifestações e mobilizações por conta do PLP 257/2016 vão se intensificar nas próximas semanas. Esteja atento para as convocações e informações divulgadas pela AASPTJ-SP. Esteja conosco nesta luta. Não será fácil barrar este e outros projetos similares que cortam nossos direitos e da população.

Em Pauta

Entidades representativas de servidores públicos debatem Previdência e temem nova reforma

A AASPTJ-SP participou do seminário "Previdência social e o servidor público", realizado no dia 24 de junho pela Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp). O evento teve como objetivo debater sobre os impactos sofridos pelas diversas reformas previdenciárias e sobre a conjuntura política atual, que acena para uma nova reforma. Acompanhando diariamente o noticiário, temos notado que as ameaças aos direitos dos aposentados e pensionistas são graves.

O seminário contou com a participação de diversos especialistas no tema, representantes dos servidores públicos do estado e parlamentares como o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB) e o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

O deputado Arnaldo pontuou que nenhuma entidade de trabalhadores se fez presente da votação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que permitiu aos deputados aprovarem com folga que os recursos da União serão flexibilizados e, portanto, não serão mais destinados obrigatoriamente à educação, à saúde, com reflexos também na Previdência Social. O parlamentar pediu grande mobilização das entidades na Câmara dos Deputados, em Brasília a fim de fazer oposição à aprovação da DRU no Senado, assim como pressão das entidades contrária à reforma da Previdência.

O que está claro para todos é que quando ocorrem as crises econômicas, geralmente, o ajuste fiscal recai sobre o trabalhador e uma das formas de se implementar isso é por meio de uma reforma previdenciária. Passa-se para a sociedade, por meio da mídia, um quadro de déficit previdenciário que precisa ser

sanado com urgência para se legitimar a tirada de direitos dos trabalhadores, em especial, dos servidores públicos.

Para Giannazi, esta Reforma encabeçada pelo banqueiro Henrique Meirelles, será um dos piores do Brasil por que vem dentro do contexto do ajuste fiscal. "Dilma ligou o motor e Temer vai acelerar. É ajuste fiscal e retirada de direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. As pessoas que militam na defesa dos serviços públicos e dos servidores devem criar uma grande rede de resistência".

O debate apresentou aos presentes duas versões sobre a Previdência Social. A primeira oratória, denominada "A Previdência Social no Brasil", feita por Zélia Luiza Pierdoná, procuradora da República, traçou um histórico e explanou sobre o conceito da seguridade social no país, reforçando a necessidade das reformas que já ocorreram e as que estão por vir.

Já Sandra Tereza Paiva Miranda, auditora da Receita Federal e presidente da Apafisp (Associação Paulista dos Auditores da Receita Federal do Brasil), com "A Falácia do Rombo da Previdência", argumentou que a Previdência não é deficitária, como apontam, pelo contrário, é superavitária em 23 bilhões de reais somente no ano passado, conforme apontado por material de divulgação da Anfip (veja anexo), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com dados de arrecadação e uma pergunta: "A quem interessa uma nova reforma no seguro social brasileiro?"

Sandra apontou diversas alternativas à Reforma da Previdência, como o fim das Renúncias Fiscais pela Câmara dos Deputados, nas quais milhões em dívidas de gran-

des empresas com o INSS são perdoadas pelo Legislativo – inclusive empresas que financiam campanhas de deputados. Sandra analisou a gravidade destes fatos, uma vez que, com o perdão, este recurso terá que ser tirado dos trabalhadores! Foram apresentadas várias propostas como:

- A reconstituição do Fundo da Previdência e Assistência Social;
- o reequilíbrio do subsistema rural, com aporte adequado por parte do empregador rural;
- o imediato ressarcimento aos cofres do INSS do valor das isenções e renúncias;
- a transparência na gestão;
- a revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
- a revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
- alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão;
- fim da aplicação da DRU – Desvinculação de Receitas da União – sobre o orçamento da Seguridade Social;
- Criação de Refis para a cobrança da

dívida ativa da Previdência Social;

- Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;
- recriação do Ministério da Previdência Social ou da Seguridade Social (Banco da Seguridade Social).

Sandra ressaltou que não se sabe ao certo como é a proposta da Reforma da Previdência do atual governo, mas pelo que tem acompanhado das discussões, esta constará de sete pontos, ainda nebulosos:

- 1- Demografia e idade média das aposentadorias;
- 2 - Financiamento da Previdência Social: receitas, renúncias e recuperação de créditos;
- 3 - Diferenças de regras entre homens e mulheres,
- 4- Pensões por morte;
- 5 - Previdência rural: financiamento e regras de acesso;
- 6 - Regimes Próprios da Previdência;
- 7 - Convergência dos sistemas previdenciários

Em Pauta

Congresso Nacional de Psicologia: Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária

Nos dias 16 a 19 de julho foi realizado o Congresso Nacional de Psicologia, sediado em Brasília. O primeiro tesoureiro da AASPTJ-SP, Eduardo Campos Neves, participou como delegado do CRP-SP, discutindo as propostas com psicólogos de diferentes áreas de atuação e dos demais Conselhos Regionais de Psicologia.

No decorrer do evento foram debatidas temáticas da conjuntura atual relacionadas à atuação profissional da Psicologia, como questões de direitos humanos sobre a diversidade de gênero, raça e religião, o posicionamento contrário à redução da maioridade penal, medicalização e luta antimanicomial, a participação psicólogos em equipes interdisciplinares no SUS/SUAS e nas demais políticas públicas voltadas à população de baixa renda, entre muitas outras questões.

Os delegados conseguiram a aprovação de todas as propostas de Relação com a Justiça (Eixo 3). Entre estas constavam "...que o CFP faça gestão junto ao Sistema



Eduardo Neves, Camila Domeniconi e Juliana Pizano, psicólogos eleitos pela Chapa Compromisso Social, como delegados ao CNP

de Justiça (CNJ e CNMP) para ampliar a lotação de psicólogos nos quadros do Sistema de Justiça”, bem como outra proposta complementar a esta: “...que o Sistema de Justiça oriente aos magistrados e promotores que os psicólogos do SUAS e as equipes interdisciplinares da rede não são obrigadas a atender demandas judiciais, como fazer perícias e elaborar documentos técnicos para o Judiciário. Outras proposições estavam relacionadas à orientação da atuação profissional em relação à alienação parental, à justiça restaurativa, às práticas de mediação, entre outras.

No Eixo 2, na temática Criança e Adolescente, Eduardo defendeu a proposta que referia, entre outras questões, o depoimento especial: “...que o CFP se posiciona em defesa da autonomia profissional e contrário a projetos de lei, em especial ao PL 3792 e arts. 192 a 196 da reforma do Código de Processo Penal, referentes à inquirição de crianças e adolescentes, vistos que não cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, as práticas das salas de escuta, depoimento especial e similares”. Ao tratar do sistema socioeducativo, foi defendido o posicionamento de que toda a atuação profissional deve levar em

conta as normas do SINASE, considerando as denúncias de violações de direitos humanos, como expressões de violência sofrida e denunciada pelos próprios adolescentes internados, encaminhando as denúncias de tortura institucionalizada aos órgãos internacionais de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Foi discutida a importância da manutenção da proposta referente à relação perito-assistente técnico, considerando a vigência do novo CPC segundo o qual os assistentes técnicos poderão acompanhar todos os procedimentos de psicólogos/as e assistentes sociais (entrevistas, testagem psicológica, visita domiciliar, etc), defendendo-se a importância destas discussões com a categoria e com o Sistema Conselhos de Psicologia para a construção do exercício profissional ético e competente nesta área de interface com o Direito.

Segundo a organização do evento, foram aprovadas mais de 200 propostas, que serão as diretrizes para a próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Eduardo Campos Neves, primeiro tesoureiro

AASPTJ-SP

AASPTJ-SP e Núcleo de Apoio conversam sobre questões da categoria

Com o intuito de debater questões do Serviço Social e da Psicologia no Tribunal de Justiça, em junho a AASPTJ-SP reuniu-se duas vezes com o Núcleo de Apoio Profissional do TJ: nos dias 2 e 23.

Durante os encontros, tratou-se de diversos temas de interesse das categorias, tais como:

- Horas credoras: pensar uma forma de os técnicos poderem computar horas credoras em situações específicas, como por exemplo, audiências concentradas e cursos para pretendentes à adoção;

- Capacitação para assistentes sociais e psicólogos: importância de uma capacitação para que as pessoas conheçam a instituição Tribunal de Justiça (direitos e deveres);

- Modificações no Código de Processo Civil: discussões no GT Família da Corregedoria-Geral;

- Adolescentes em conflito com a lei: como estão sendo encaminhados os casos nas comarcas do interior.

- Necessidade de um estudo sobre lotação paradigma dos profissionais em todo o estado.

- Realização de novos concursos para a contratação de mais profissionais.

- Demandas solicitadas pelo Ministério Público e que muitas vezes são acatadas pelo Judiciário também estiveram em pauta na discussão. Esta preocupação aumentou com a instituição da Lei Brasileira de Inclusão, que está levando promotores a solicitarem o preenchimento de quesitos pelos profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP falou sobre reuniões que participou no Ministério Público a respeito deste tema e informou que o Conselho Nacional do Ministério Público recém publicou a Recomendação 33, na qual afirma que todas as promotorias da Infância e Juventude do país devem contratar equipes técnicas para seus quadros e não mais solicitar que profissionais da



rede e do Judiciário atuem em seus casos.

- Audiências de custódia: Ana Cristina Marcondes de Moura, coordenadora do Núcleo, apontou que o departamento vem recebendo questionamentos sobre as audiências de custódia. O Núcleo já consultou a Corregedoria-Geral que já se posicionou: não é para assistentes sociais e psicólogos do Judiciário atuarem, este serviço deve ser prestado pelo Executivo.

- Outra questão que tem preocupado é o artigo 699 do novo Código de Processo Civil, que tem levado alguns juízes a solicitarem que psicólogos atuem na inquirição de partes em caso, por exemplo, de alienação parental. Os assessores jurídicos da AASPTJ-SP Sonia Guerra e Thiago Pugina esclareceram que os profissionais podem acompanhar os casos e

orientarem os magistrados, mas não devem fazer inquirições, esta prerrogativa é dos juízes. Outro artigo do CPP preocupante é o 466 - § 2º, que diz que o perito técnico deve permitir que o assistente técnico acompanhe seus procedimentos. Estaremos acompanhando como estes casos estão ocorrendo e como lidar com este novo dispositivo da lei.

Outros temas que também foram abordados na reunião: relacionamento dos técnicos com os juízes, questões que interferem na autonomia técnica e o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no interior.

Todos estes temas continuarão sendo debatidos pela Associação e pelo Núcleo. Novas informações, divulgaremos pelos meios de comunicação da AASPTJ-SP.

Em Pauta

O sistema socioeducativo paulista em debate

Representada por sua presidente, Elisabete Borgianni, a AASPTJ-SP acompanhou no último dia 13 o Encontro Estadual – O Sistema Socioeducativo paulista em debate, organizado pelo CRP-SP e pelo Cress-SP.

Realizado em comemoração aos 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o evento teve como objetivo apresentar o resultado de uma ação conjunta a partir de visitas de fiscalização e levantamento de dados do sistema socioeducativo do estado de São Paulo com foco nas instituições

de privação de liberdade de adolescentes.

O CRP-SP lançou o “Caderno de debates – Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo”, contendo dados coletados e artigos com análises de diversos especialistas. O material do Cress-SP está sendo confeccionado.

“Queremos levar este material produzido ao mundo no sentido de afirmar o ‘direito de brincar’ como uma afirmação do direito à infância, à adoles-

cência, à plena garantia dos direitos da criança e do adolescente”, afirmou Elisa Zaneratto Rosa, presidente do CRP-SP.

“Construímos um avanço na história do nosso país na medida em que transformamos o paradigma para poder enfrentar, poder responder à questão dos adolescentes em conflito com a lei e precisamos não só sustentar este paradigma, neste momento, mas fazer avançar e reconhecer os desafios que estão postos e pensar como caminhamos na construção de propostas e referências na política de garantia de direitos”, completou.

Já Mauricleia Soares dos Santos, presi-

dente do Cress-SP, avaliou que o trabalho em conjunto “vem reforçar uma luta permanente em defesa do ECA” e teve como objetivo avaliar “qual é a intervenção dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia junto aos adolescentes”.

O superintendente de Saúde da Fundação Casa, Décio Perroni Ribeiro Filho, ressaltou sobre a importância de um trabalho em conjunto, principalmente, para trabalhar a prevenção evitando que o jovem cometa infração e seja encaminhado à Fundação. “O diálogo com a Secretaria de Educação e com toda a rede são essenciais, alertou”.

Alguns dados apresentados:

- A pesquisa foi realizada no período entre dezembro de 2015 e abril de 2016.
- Foram visitadas 27 unidades: seis de gestão compartilhada, doze estão na região metropolitana de São Paulo, doze no interior do estado, duas na região do ABC e uma no litoral.
- Das unidades visitadas, 22 são masculinas: 12 de internação, três de semiliberdade, três executam dois atendimentos (provisória, inicial) e o procedimento sancionatório, uma executa um atendimento (provisória) e o procedimento sancionatório, e uma unidade para cada atendimento/procedimento a seguir: inicial, provisória, sanção.
- Cinco unidades eram femininas: três de internação (uma delas atende também adolescentes gestantes, sendo a única no estado a realizar tal atendimento), uma de semiliberdade (também única no estado) e uma unidade executa dois atendimentos (inicial e provisória) e o procedimento sancionatório.
- A conversa com os adolescentes foi permitida em treze unidades.

Depoimento sem dano

Durante os debates, Elisabete elogiou o trabalho dos dois Conselhos e a importância do evento e aproveitou a presença de entidades da sociedade civil, como por exemplo, o Anced – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – e a Andi – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, para solicitar apoio destas entidades na ação contra o PL 3792/2015, que institui o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência. “Estamos em uma cruzada contra este PL e qualquer forma de obrigação da criança ser ouvida, somos a favor de que a criança seja escutada toda

vez que ela queira e não este absurdo que querem fazer de obrigar a criança a falar e de transformar assistentes sociais e psicólogos em papagaio de juiz”, alegou.



A tática de silenciamento dos adolescentes

O documento do CRP-SP traz um relato de como foi a conversa com jovens nas unidades:

“Em treze unidades (48%), foi permitido conversar com adolescentes, a maioria delas em condições restritivas: na presença do gestor, com adolescentes em final de medida, com apenas um ou dois adolescentes escolhidos pelo gestor etc. Os adolescentes fizeram denúncias quanto ao espaço físico com possíveis inadequações, alimentação insuficiente, possíveis simulações de bom tratamento na presença dos fiscais do CRP-SP, pedidos para que os fiscais retornassem com a Defensoria Pública e, até mesmo, questionaram o que os fiscais do CRP-SP fariam para ajuda-los.

Em duas unidades – uma masculina e outra feminina – foram expressivos e detalhados os relatos de supostas torturas e, em uma unidade feminina da capital, houve o relato de uma adolescente sobre o fato de estar recebendo medicação psiquiátrica contra a sua vontade, mesmo depois de já ter solicitado aos responsáveis da instituição a interrupção de tal prática. Com relação ao trabalho do profissional da Psicologia, para a maioria dos adolescentes, é ‘razoável’, ‘mais ou menos’, ‘legal’. Os adolescentes relatam que a maioria dos/as profissionais se restringe a questionar se estão comendo, dormindo e realizando as atividades cotidianas. Sugerem maior frequência e tempo de duração nos atendimentos psicológicos, principalmente nas unidades nas quais as visitas familiares são raras, devido à distância geográfica entre a unidade e a residência dos familiares.

Em uma unidade, os adolescentes entrevistados sugeriram a substituição das/dos psicólogas/os pelo fato de fazerem uso de suas atribuições como forma de negociação ou barganha, por exemplo: só autorizam telefonema para a família em casos de ‘bom comportamento’, ficando os próprios atendimentos psicológicos condicionados ao comportamento dos adolescentes. Em uma unidade, o trabalho do profissional foi elogiado, pois, segundo os adolescentes, além dos atendimentos individuais, o profissional joga ping-pong e senta no pátio para conversar com os adolescentes.”

Assembleia Geral de Associados

Ocorreu no dia 02 de julho a Assembleia Geral Ordinária dos associados da AASPTJ-SP. Participaram assistentes sociais e psicólogos de diversas regiões do estado: Dracena, Tupi Paulista, São José do Rio Preto, Santos, Presidente Prudente, Bragança Paulista, São Paulo, Botucatu, Osasco, Marília, Araçatuba, Assis e Registro. Também contamos com a participação de associados aposentados.

Além de ser um momento de reflexão conjunta sobre a conjuntura atual do país e o papel dos assistentes sociais e psicólogos judiciários neste quadro também falamos sobre as ações empreendidas pela AASPTJ-SP, a luta dos servidores do TJ-SP e a atuação da nossa Associação junto às outras entidades e as demandas de associados nas diversas regiões.

Nesta assembleia aprovou-se o reajuste da mensalidade da AASPTJ-SP, recompondo a inflação acumulada no último ano, pelo índice IGPM – 10,19%.

Os associados também aprovaram três

alterações no estatuto da entidade: A primeira foi para permitir que assistentes sociais e psicólogos exonerados do TJ-SP possam continuar associados para continuarem com o benefício do convênio médico. Eles não terão os mesmos direitos dos associados efetivos, como por exemplo, participação e voto nas assembleias. A segunda alteração refere-se à nova redação para eleição de representantes nas diversas regiões, possibilitando maior participação e representação da categoria junto à diretoria. Por fim, a terceira alteração flexibiliza as regras para a eleição de representantes dos aposentados, objetivando maior proximidade e participação dos técnicos inativos.

O reajuste da mensalidade e as alterações do Estatuto foram aprovados por unanimidade.

Também com 100% dos votos foram aprovados a prestação de contas e o relatório do Conselho Fiscal.



EXPEDIENTE

AASPTJ-SP ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretoria:

Presidente – Elisabete Borgianni
Vice-presidente – Claudia Anaf
Primeira secretária – Maria Helena Correa
Segunda secretária – Lilian Magda de Macedo
Primeiro tesoureiro – Eduardo Campos Neves
Segunda tesoureira – Margarida Maria Buosi

Conselho fiscal:

Fátima Elizete Zanoni
Maira Rezende Vilela
Nanci Adelina da Rocha Kurata

Suplentes: Bruno Motta e Elaine Major Ferreira

Conselho editorial: Maria Helena Correa, Lilian Magda de Macedo, Margarida Maria Buosi e Ana Carolina Rios

Redação, edição e diagramação: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb. 35.875 – SP)

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – cj 21 – Centro – São Paulo
Cep: 01042-001 Tel: (11) 3256-5011 Site: www.aasptj-sp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria